

CRECHE: AINDA UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Ângela Elisa Martins¹, Prof^a Dr^a Denise Cristina Guelfi²

¹Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Vale do Paraíba.

Av. Shishima Hifume, 2911 Urbanova, 122444-000 – São José dos Campos, SP; angela.elisa@uol.com.br

²Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – Universidade do Vale do Paraíba.

Av. Shishima Hifume, 2911 Urbanova, 122444-000 – São José dos Campos, SP, e-mail: dguelfi@univap.br

Resumo- O presente artigo descreve a expressiva procura por creches filantrópicas em São José dos Campos, conseqüência da presença da mulher no mercado de trabalho. A reflexão sobre o trabalho feminino na sociedade brasileira revela que a mulher trabalhadora recorre à instituição creche como resposta à necessidade de segurança, educação e lazer para seus filhos. Através da experiência de estágio em Serviço Social na Casa Santa Inês, realizou-se esta pesquisa com o objetivo de conhecer o perfil das mães trabalhadoras que recorrem à creche em procura de vaga. Os resultados indicam que a demanda recai junto às mulheres trabalhadoras de baixa renda, que não têm, para trabalharem, apoio familiar e da vizinhança no cuidado de seus filhos. Assim, essas mulheres recorrem à creche como última alternativa para garantir um lugar seguro enquanto trabalham, e, com isto, contribuir para o orçamento familiar.

Palavras-chave: creche, criança, mulher, serviço-social

Área do Conhecimento: VI Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O presente artigo traz uma reflexão sobre a expressiva procura por creches em São José dos Campos, um desafio enfrentado pela Política de Assistência Social.

Nesta reflexão objetiva-se, por um lado, enfocar o aumento da demanda por creches como reflexo da presença da mulher no mercado de trabalho e, por outro, conhecer o perfil dessa população que recorre à creche da Casa Santa Inês. Por meio de uma pesquisa documental, busca-se compreender o significado social da creche junto às famílias que recorrem à instituição.

A experiência de estágio prático em Serviço Social, realizado na Casa Santa Inês, revelou as dificuldades encontradas pelas creches do município para atender a demanda por vagas, em razão da escassez dos recursos humanos e financeiros. Este quadro motivou o estudo para conhecer o perfil das mães que recorrem à creche e as dificuldades enfrentadas para garantir a sua presença no mercado de trabalho.

Esta pesquisa tem como objeto de estudo as mães das crianças atendidas pela Casa Santa Inês, no período de janeiro a junho de 2003, com o objetivo geral de conhecer o perfil sócio-econômico das mulheres que recorrem ao serviço social da instituição, em busca de uma vaga em creche na região central do município de São José dos Campos.

Materiais e Métodos

Atualmente, as sucessivas crises econômicas no país, o baixo orçamento das famílias, vitimadas pela flexibilização das relações trabalhistas e a redução das políticas públicas, demandam a

presença da mulher no mercado de trabalho, em busca de suprir ou complementar a renda familiar.

A organização da vida cotidiana, as pressões de ordem econômica, a profissionalização e a aceitação da atividade extradomiciliar da mulher por parte de seu grupo social são circunstâncias que, muitas vezes, podem atuar como repressoras ou estimulantes ao desempenho profissional feminino.

A possibilidade de adaptar dois ou mais papéis exercidos pela mulher trabalhadora representa uma tarefa complexa, gerando um sobrecarga e, muitas vezes, um sentimento de culpa no que se refere ao abandono do lar ou a entrega dos filhos à terceiros – instituições ou pessoas remuneradas, em seu período de trabalho.

Com as dificuldades enfrentadas no mercado de trabalho, as mulheres, para garantir o complemento da renda familiar e a manutenção do trabalho, devem abdicar da assistência à vida doméstica, do cuidado dos filhos e da garantia dos direitos de segurança a seus filhos. Assim, a creche surge como a alternativa segura da família, evitando que as crianças permaneçam aos cuidados dos vizinhos, babás ou familiares.

Nas instituições, a seleção e admissão acontecem a partir da análise da renda per capita familiar e das razões do trabalho materno. As mulheres não empregadas encontram uma dificuldade maior na fila de admissão das creches.

Revela-se, que as políticas públicas expressam a relação contraditória entre o trabalho feminino e a falta de recursos sociais voltados para a crescente demanda por creches. Esta realidade gera um questionamento sobre as possíveis respostas que podem ser buscadas pelas mães.

Reduzir o número de filhos, diminuir as horas ou dias de serviço, recorrer a ajuda de parentes ou amigos? Estas e tantas outras questões assaltam as mulheres brasileiras quando da possibilidade de trabalharem e contribuírem no orçamento familiar.

As leis defendem a criança como cidadã, com direito a receber atendimento de qualidade nos aspectos físico, social, intelectual e emocional, complementando a ação da família.

Na nova Constituição, cabe à Política da Assistência o desenvolvimento de ações para enfrentar as fragilidades das crianças pobres, defender os seus direitos e superar as exclusões sociais. Nesta lógica, o atendimento às crianças carentes de zero a seis anos é assegurado por meio da legislação geral e ratificada por legislação específica, definindo o atendimento a esse segmento como um direito da criança, um dever do Estado, e uma opção da família.

Com isto, pode-se concluir que, apesar das políticas públicas preconizarem o direito à saúde, educação, alimentação, abrigo, vestuário, apoio jurídico e proteção integral às crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social, a realidade revela um outro panorama.

Há creches superlotadas, filas de espera para admissão, recursos reduzidos, submissão do direito aos critérios de seletividade e a não garantia da promoção de qualidade dos serviços prestados, como, por exemplo, a previsão de financiamento e a qualificação do profissional da creche. Esta é uma realidade que pôde ser acompanhada na experiência de estágio.

Em busca de conhecer o perfil das mães trabalhadoras, foi desenvolvido o projeto de pesquisa "O perfil das mães trabalhadoras que recorrem à creche Casa Santa Inês à procura de vaga".

Como objetivo geral estabeleceu-se: - traçar o perfil sócio-econômico das mães trabalhadoras que recorrem à instituição à procura de vaga. Como objetivos específicos: - conhecer a realidade social e econômica das famílias, com vista a implementar futuros projetos sociais na instituição; - refletir a instituição creche como direito da criança e a necessidade da mulher inserida no mercado de trabalho.

Tomou-se como hipótese que o aumento da procura por creche, pelas famílias de baixa renda, é a estratégia necessária para enfrentar o problema cotidiano de sobrevivência - não perder o emprego. A creche é identificada como a única opção para as mães que trabalham e não contam com apoio de parentes, vizinhos ou babás para cuidarem dos filhos.

Como metodologia da pesquisa, optou-se por uma pesquisa documental das fichas de inscrições das mães que recorreram à creche Casa Santa

Inês, para identificar aquelas que se encontravam inseridas no mercado de trabalho. Neste estudo, a interpretação dos dados terá uma orientação qualitativa. O universo da pesquisa é representado pelas inscrições de janeiro a junho de 2003, num total de 86 famílias. A amostra da pesquisa correspondeu a 30 % da demanda reprimida, totalizando 26 famílias.

Resultados

A pesquisa revelou, inicialmente, que o perfil da mãe trabalhadora, que recorreu à creche Casa Santa Inês, representam-se na faixa etária de 17 a 40 anos, e que 65% dos casos encontram-se na faixa de 20 a 30, ou seja, 17 mães; enquanto 27%, ou 7 casos, encontram-se acima de 30 anos. Os pedidos de vaga foram para crianças de ambos os sexos, na faixa etária de 3 meses a 6 anos.

Quanto à escolaridade, foi constatado que 12 mães, (46%), tem ensino médio completo; 7 (27%), apresentam o ensino fundamental completo, enquanto outras 7 (27%), tem o ensino fundamental incompleto.

As mulheres, em sua maioria, 65%, contam com 1 a 4 filhos, e falta um dos genitores em 58% dos casos. A ausência paterna é originada por 8 separações conjugais, o que corresponde a 31%, sendo que apenas 6 mães são casadas no civil, ou seja, 23%. A união informal encontra-se em 6 casos, (23%), e outras 6, (23%) são solteiras.

Dentre as mulheres que se encontram sozinhas, (solteiras e separadas), há 14 casos, correspondente a 54%, e constatou-se que em 8 casos, (31%), os pais não contribuem com uma pensão alimentícia para os filhos. Somente em 2 casos, (4%), o pai chega a contribuir com uma pequena quantia.

Quanto à composição familiar, 12 casos, (46%), são do tipo nuclear (pai, mãe e filhos); em 14 famílias, (54%), o tipo é monoparental, isto é, composta por pessoas que vivem sem cônjuge, com um ou vários filhos, em geral mulheres jovens com filhos pequenos.

O baixo nível de escolaridade é um fator limitante ao ingresso dessas mulheres no mercado de trabalho e a busca por um emprego qualificado. Das mães, 31%, (8 casos), trabalham como empregadas domésticas, enquanto outras (31%), encontram-se na função de serviços gerais em empresas, lanchonetes e restaurantes; 38%, (10 casos), trabalham como vendedoras, secretárias, telefonistas, babá e auxiliar de enfermagem.

Todas as mães entrevistadas apresentam-se empregadas e com baixa renda; 6 (23%) recebem menos que 1 salário mínimo; 9, (35%), recebem 1 salário mínimo, e 11 (42%), de 1 a 2 salários mínimos. Das 26 mães entrevistadas, 10 (38%), afirmaram que complementam a renda mensal com o salário do cônjuge.

Logo, 16 (62% dos casos), que se definem solteiras e separadas são as responsáveis por todo o rendimento da família.

Quanto ao local de moradia, os resultados revelam que 58% (15 famílias), residem na região central de São José dos Campos: Santa Cruz I, Santa Cruz II, Jardim Paulista, Monte Castelo, Vila Piratininga, Vila São Bento, Santa Luzia, Vila Bel; 38%, referente a 11 famílias, tem moradia em bairros adjacentes como Jardim Nova Esperança, Vila Industrial, Vila Cândida, Jardim Mariana, Freitas, Vista Verde, Campos de São José, Buquirinha, Colonial, Santa Inês I, Santa Inês II.

Dessas famílias, 40%, (10 famílias) possuem casa própria, 18%, (5 casos) pagam aluguel, enquanto 42%, correspondente a 11 casos, afirmaram morar em casa cedida por parentes, vizinhos ou amigos; dentre estas, 20%, (8 casos) relataram que residem com a avó materna em razão de não terem condições de pagar aluguel.

A procura pela creche parece uma solução necessária, ou, ainda, “urgente”, para mães cujas crianças permanecem sob cuidados de parentes, que estão procurando emprego, e os vizinhos, que não têm mais condições de oferecer ajuda. Duas mães, (8%), relataram que chegam a levar o filho ao serviço com prazos determinados e 12 mães (46%), afirmaram ser *urgente* conseguir vaga na creche por não terem mais com quem deixar os filhos, correndo, assim, o risco de perderem o emprego para ficarem em casa com a criança.

Discussão

As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo, e, de forma particular, cada família, conforme sua composição, história, condições de vida e pertencimento social. O trabalho aparece como a forma de o homem criar e recriar a sociedade e, conseqüentemente, modificar a si mesmo.

Na pesquisa realizada, constatou-se que o trabalho, no cotidiano das mulheres casadas ou que vivem sozinhas, gera a necessidade de buscarmos condições que possibilitem a seus filhos serem cuidados enquanto permanecem fora de casa.

Na impossibilidade da contratação de babás ou creche particular, em razão de baixos salários, a solução é recorrer às relações de parentesco – mães, sogras, irmãs, cunhadas, o que evidencia a fundamental proximidade dos parentes para que a mulher possa trabalhar fora.

Além das redes de parentesco, outra referência importante é a vizinhança, onde se estabelecem algumas relações de solidariedade. Outras mães relataram terem deixado o filho menor aos cuidados da filha mais velha, criança ou adolescente entre 8 a 15 anos, porém, a pouca idade para responsabilizar-se por outra criança

gera insegurança na mãe e uma contínua preocupação durante o trabalho.

A análise dos dados das inscrições também revelou que as famílias são marcadas por dificuldades econômicas e grande instabilidade financeira para cumprir seus compromissos, decorrentes das punições por faltas e atrasos para assistirem os filhos; índice de desemprego de um dos cônjuges; declínio de empregos para mão de obra não qualificada; trabalho em condições precárias e ocupação de lugares menos privilegiados na economia.

Atualmente, o baixo salário do trabalho masculino exige a complementação da renda familiar pelo trabalho da mulher, e, quando há desemprego dos homens elas se tornam as únicas responsáveis pelas despesas básicas como água, luz, aluguel e alimentação. Em alguns casos, na ausência de apoio no cuidado das crianças, o pai acaba por assumir esta tarefa, o que o impossibilita de garantir sua freqüência ao trabalho.

A transformação das formas de vida conjugal, manifestada pelo aumento da monoparentalidade, predominantemente feminina, e as taxas de separações entre os casais, resulta uma desinstitucionalização do casamento e, com isto, alteração da hierarquia familiar, com a mulher ocupando a condição de *chefe de família*.

Nesta perspectiva, as creches municipais seriam entendidas como uma necessidade justificável apenas para as famílias de baixa renda, para atender as mulheres que precisam trabalhar e não possuem outra alternativa para a guarda de suas crianças. Nesta lógica, as mulheres da classe média, que trabalham, recorreriam às creches particulares.

Portanto, as funções das creches, mais evidentes, continuam relacionando-se àquelas tradicionalmente atribuídas à mãe em nossa sociedade: cuidar, proteger, disciplinar e amar as crianças, tornando-se conhecidas como *substitutas maternas*, embora a creche não tenha o papel de substituir a família.

Conclusão

Ressaltando a instituição creche como direito da criança, espaço próprio de desenvolvimento infantil e bem estar físico, social e psíquico, ao mesmo tempo que constitui um significativo sistema de apoio à família, cabe questionar qual a razão pela não expansão de vagas nas instituições.

Até os dias de hoje, as vagas em creche apresentam-se como um obstáculo ao ingresso e manutenção da mulher no mercado de trabalho.

Indagações permanecem: Que direito as mulheres têm se pouco podem contar com uma responsabilidade social pelos seus filhos?

Que direito tem em serem mães e trabalhadoras, realizando-se profissional e socialmente? Acredita-se que a solidariedade familiar e da vizinhança não pode substituir o não cumprimento dos direitos da criança previstos em lei.

Segundo Freitas [1], *A noção de uma solidariedade de interesses unindo todas as mães em nome dos filhos é uma importante representatividade construída por essas mulheres.* Porém, não pode ser a principal resposta à questão da mulher trabalhadora.

O que se observa é um aumento crescente da demanda reprimida por creches, em razão da participação cada vez mais expressiva do trabalho feminino. Por outro lado, a redução do financiamento não garante condições físicas e materiais para a manutenção das entidades.

Um sentimento de angústia, preocupação, manifesta-se entre as mães quando surge a necessidade de dividir a dupla jornada de trabalho, ou seja, tarefas e responsabilidades domésticas e o cuidado na educação dos filhos com uma nova jornada, caracterizada pelo trabalho remunerado fora do lar. Esta necessidade torna-se ainda maior quando a mulher torna-se a única responsável pela renda familiar, e não tem com quem dividi-la.

Pressionadas pela necessidade econômica, que as impede de abandonar o trabalho, a socialização do problema, envolvendo vizinhos e familiares, constitui a estratégia mais usual para enfrentarem a falta de vagas em creches. Esta ajuda, oferecida nos cuidados com as crianças, muitas vezes compromete o desenvolvimento infantil, uma vez que seus objetivos quase sempre se limitam a garantir a sobrevivência física da criança, desempenhando uma função de guarda.

Diante da ausência de políticas de proteção social consistentes, depara-se, no cotidiano profissional, com a pressão para que se encontre, junto às famílias, respostas que seriam de responsabilidade governamental.

Conhecer as famílias para as quais dirige-se a prática profissional é muito importante, bem como é imprescindível compreender como se dá a inserção da mulher no mercado de trabalho e suas repercussões no cotidiano familiar. De forma prioritária, é necessária a mobilização de recursos de políticas públicas que assegurem a proteção social, conforme preconizado pela lei.

Como afirma Szymanski [2], *Em todas as camadas sociais, a família não tem mais o monopólio da socialização da criança, em especial, graças à entrada da mulher no mercado de trabalho, o que responsabiliza a sociedade a buscar novos caminhos de atenção à família.*

Desafios constantes são colocados para as políticas sociais, na tentativa de se elaborar programas para o atendimento de família, que combinem políticas de emprego, formação

profissional, habitação e educação em regime integral de creches, buscando obtenção de serviços sociais municipais estaduais.

Entretanto, o fundamental é que as famílias encontrem efetivas condições para prover sua autonomia, como o respeito aos seus direitos civis e sociais - acesso à educação, à saúde, à justiça e ao trabalho, e a possibilidade da elevação do nível de qualidade de vida – aspectos inerentes à construção da cidadania que deve se iniciar na infância e na estruturação da família.

Referências

[1] FREITAS, Rita de Cássia Santos. Em nome dos filhos, a formação de redes de Solidariedade. Revista Serviço Social & Sociedade, nº 71, p. 93, São Paulo, Cortez, 2002.

[2] SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: Família, nº71. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, Cortez, p.23, 2002.

